



COMENTÁRIOS À LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Lei nº 12.527/2011

3ª edição revista e atualizada

Não se tem dúvida de que a Lei nº 12.527/11, denominada *Lei de Acesso à Informação*, produziu um intenso câmbio na relação jurídico-administrativa estabelecida entre o administrado e a Administração Pública. É a típica “lei viva”, no sentido mais pragmático da expressão, porque atinge toda a sociedade, independentemente do gênero, do padrão econômico, da função desempenhada, de ser ou não eleitor etc.

A lei de acesso é muito mais do que um dos tantos mecanismos que garantem efetividade ao princípio constitucional da transparência, porque alcança ao cidadão muito mais que o simples conhecimento dos dados depositados em arquivos públicos. Permite que o poder, agora “desnudo”, possa ser controlado pelo indivíduo comum, destinatário das políticas públicas. Logo, não se pode mais imaginar uma Administração sem transparência, característica esta, que traduz a essência do princípio democrático.

Na obra que se apresenta, procurou-se justamente abordar o “espírito da Lei nº 12.527/11”, em uma interpretação abrangente dos antecedentes e do contexto normativo e social em que está inserida. Aliado a isto, este autor procurou enfrentar lógica e sistematicamente os pontos mais candentes que já provocam debates, apesar de se ter uma vigência prematura da referida legislação.

Com esta obra, pretende-se trazer a público uma radiografia da Lei de Acesso à Informação. Apesar da certeza de que será a realidade, o cotidiano, a vivência que (des)escreverá o sucesso deste diploma normativo. Será a dinâmica da vida, com suas idiossincrasias, suas (in)compreensões e seus (des)acertos que pautará a aplicação da Lei nº 12.527/11.

Atualizado conforme:

- *Lei das Empresas Estatais* (Lei nº 13.303/2016);
- *Lei Geral de Proteção de Dados* (Lei nº 13.709/2018);
- *Lei do Governo Digital* (Lei nº 14.129/2021);
- *Lei Geral de Licitações e Contratos* (Lei nº 14.133/2021).

Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO

Áreas afins

TRANSPARÊNCIA;
REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO;
DIREITO CONSTITUCIONAL.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10003461

J468c

Heinen, Juliano

Comentários à Lei de acesso à informação: Lei nº 12.527/2011 / Juliano Heinen. 3. ed. rev. e atual. – Belo Horizonte: Fórum, 2023.

409 p. ; 14,5cm x 21,5cm

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5518-476-1

1. Direito Administrativo 2. Direito Constitucional. I. Título. II. Heinen, Juliano.

CDD 342.06

CDU 342.9

Juliano Heinen é Procurador do Estado do Rio Grande do Sul. Doutor em Direito pela UFRGS. Mestre em Direito pela UNISC. Professor de Graduação e Pós-Graduação em Direito Administrativo.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	9
APRESENTAÇÃO DA TERCEIRA EDIÇÃO	11
APRESENTAÇÃO DA SEGUNDA EDIÇÃO	15
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1	
PARÂMETROS NORMATIVOS E DOGMÁTICOS AO ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA	21
1.1 O direito constitucional da transparência das informações e dos documentos públicos.....	29
1.2 Princípio da publicidade administrativa	48
1.3 Antecedentes e subseqüentes normativos referentes ao acesso à informação.....	56
CAPÍTULO 2	
LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO – LEI Nº 12.527/2011	77
2.1 Introdução à Lei de Acesso à Informação (LAI)	77
2.2 Breves considerações sobre o acesso à informação no direito comparado	79
2.3 Tipos de transparência	93
2.4 O problema da divulgação da remuneração nominal dos agentes estatais	94
2.5 Tratamento dos dados públicos	107
2.6 Transparência digital	115
2.7 Interoperabilidade de dados entre órgãos públicos.....	119
CAPÍTULO 3	
LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011, COMENTADA, ARTIGO POR ARTIGO	123
Artigo 1º	125
Artigo 2º	147
Artigo 3º	158
Artigo 4º	166
Artigo 5º	172
Artigo 6º	174
Artigo 7º	177
Artigo 8º	188
Artigo 9º	201
Artigo 10	204
Artigo 11	225
Artigo 12	235
Artigo 13	238
Artigo 14	240
Artigo 15	241
Artigo 16	243
Artigo 17	247
Artigo 18	251
Artigo 19	253
Artigo 20	259
Artigo 21	261
Artigo 22	274
Artigo 23	286
Artigo 24	305
Artigo 25	310

Artigo 26	314
Artigo 27	315
Artigo 28	320
Artigo 29	325
Artigo 30	328
Artigo 31	330
Artigo 32	347
Artigo 33	354
Artigo 34	357
Artigo 35	362
Artigo 36	367
Artigo 37	373
Artigo 38	378
Artigo 39	382
Artigo 40	386
Artigo 41	388
Artigo 42	390
Artigo 43	394
Artigo 44	397
Artigo 45	398
Artigo 46	399
Artigo 47	400
REFERÊNCIAS.....	401